

---

## **Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e educação ambiental: ferramentas para mitigação de impactos ambientais no Brasil**

Fagner Evangelista Severo; Maria Cristina Pereira Matos

Universidade Santa Cecília (UNISANTA), Santos-SP, Brasil.

E-mail: fagner.severo.fs@gmail.com

**Resumo:** A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS foi instituída em 2010 e destaca-se como uma das legislações mais relevantes, porém, ainda assim, nota-se considerável aumento dos impactos ambientais na biodiversidade do país. O objetivo deste artigo foi demonstrar a representatividade da promulgação da PNRS para a educação ambiental e a minimização dos impactos ambientais no Brasil. A metodologia adotada foi exploratória, de caráter qualitativo, empregando-se como método, uma pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos, publicados entre os anos 2008 e 2016. Os resultados permitiram observar que mais de uma década após a promulgação da PNRS, ainda é possível observar o descaso populacional, empresarial e do próprio governo em suas três esferas para promoção da educação ambiental.

**Palavras-chave:** Política Nacional de Resíduos Sólidos; Educação ambiental; Impactos ambientais; Brasil.

### **National Solid Waste Policy - PNRS and environmental education: tools for mitigating environmental impacts in Brazil**

**Abstract:** The National Solid Waste Policy - PNRS was instituted in 2010 and stands out as one of the most relevant legislations, however, even so, there is a considerable increase in the environmental impacts on the country's biodiversity. The aim of this article was to demonstrate the representativeness of the enactment of the PNRS for the environmental education and minimizing environmental impacts in Brazil. The adopted methodology was exploratory, qualitative, using as a method, a bibliographical research, based on scientific articles, published between 2008 and 2016. The results allowed us to observe that more than a decade after the enactment of the PNRS, it is still possible to observe the neglect of the population, business and the government in its three spheres to promote environmental education.

**Keywords:** National Solid Waste Policy; Environmental education; Environmental impacts; Brazil.

### **Introdução**

A exploração dos recursos naturais brasileiros pelo bem comum e em favor do desenvolvimento do país, exige atenção e cuidados, pois em sua grande maioria o meio ambiente é impactado de forma negativa pelo crescimento da economia [1].

Nas últimas décadas, o Brasil criou leis ambientais que se destinaram especificamente à fiscalização e ao controle das organizações, principalmente, no que tange ao ciclo de vida dos produtos [2], como é o caso da Lei nº 12.305/2010, também conhecida como a Política

Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, elaborada para abranger os três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal, sempre sob o amparo da Constituição Federal [3].

Dessa forma, para que os recursos naturais sejam utilizados de forma a beneficiar às organizações e seus interesses, o Estado fica obrigado a assumir um papel ativo em relação à conservação ambiental nos muitos setores da sociedade, estabelecendo assim, políticas que imponham fiscalização e contribuam para melhorias [4].

Além da aplicação e fiscalização dessas políticas públicas, a educação ambiental deve ser propagada, haja vista que, essa ferramenta auxilia na consolidação do pensamento correto nos cidadãos, que conseqüentemente, promoverão uma sociedade mais justa, solidária, equilibrada e sustentável [4].

No contexto das legislações ambientais municipais, o problema não está na falta de regulação destas, mas sim nas condições em que os municípios se encontram [5]. Logo, os maiores obstáculos para o sucesso das políticas públicas ambientais nos municípios brasileiros, ainda são aqueles impostos pelos governantes que em sua grande maioria, esmaecem esforços diante de suas obrigações [6].

É preciso ressaltar também que os problemas decorrentes da crise ecológica existente na atualidade brasileira demandam por respostas políticas que sejam capazes de comandar e controlar o descaso da sociedade moderna para com o meio ambiente [7]. Esse descaso da sociedade brasileira tem contribuído para o surgimento dos severos impactos ambientais observados na biodiversidade do país [8].

Por essas e outras razões e pela necessidade constante da utilização dos recursos naturais para o bem comum, as autoridades precisam estar atentas, principalmente, para a atuação das organizações, que motivadas pelas possibilidades de produção, poluem em grande escala [9].

Assim, em função da incessante busca pelo sucesso econômico comercial, o ser humano se distanciou da natureza e os resultados desse afastamento tem demonstrado que o meio ambiente está sendo encarado como uma fonte de recursos inesgotáveis [10]. Exemplo dessa situação de descaso das companhias para com o meio ambiente, era constantemente observado no segmento da construção civil, pois antes do estabelecimento de políticas públicas, os resíduos sólidos gerados eram descartados no próprio local da obra, em muitos momentos, nas próprias ruas [11].

Isto posto, as políticas públicas ambientais no país devem primar também pela conscientização ambiental, que deve ser direcionada para as ações das empresas que, em sua

grande maioria, visam somente o retorno financeiro e não consideram os recursos disponíveis no meio ambiente das comunidades [12]

Por fim, as políticas públicas voltadas à gestão dos resíduos sólidos destacam-se como poderosas ferramentas no que tange à minimização dos impactos diretos sobre o meio ambiente e a biodiversidade brasileira, assim associada. Consequentemente, compete ao poder público brasileiro, regular esses assuntos e editar leis mais específicas que auxiliem na visibilidade e nas normatividades destas já promulgadas [13].

### **Objetivos**

O estudo objetivou demonstrar a relevância da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS para a educação ambiental e a minimização dos impactos ambientais no Brasil.

### **Material e Métodos**

O presente trabalho adotou uma metodologia exploratória, de caráter qualitativo, empregando-se como método, uma pesquisa bibliográfica, caracterizada por ser desenvolvida com base em artigos científicos, publicados os anos 2008 e 2016.

### **Resultados**

Os resultados da pesquisa demonstraram que apesar de o Brasil possuir legislações ambientais em nível Federal, Estadual e Municipal, ainda é perceptível o descaso da sociedade para com os recursos naturais, sendo possível observar, uma onda de severos impactos ambientais, especialmente na biodiversidade.

A promulgação da PNRS que objetiva assegurar uma boa gestão de resíduos sólidos no país, representa um passo significativo para a nação, porém, perde sua eficácia se não houver um comprometimento dos três níveis de governo e da própria sociedade, que devem trabalhar unidos pela minimização dos impactos diretos sobre o meio ambiente.

### **Discussão**

Compreende-se que os maiores obstáculos para o sucesso das políticas públicas ambientais no Brasil, ainda são aqueles impostos pelos governantes que em sua grande maioria, esmaecem esforços diante de suas obrigações [6].

A esse respeito, é preciso destacar que o Estado fica obrigado a assumir um papel ativo em relação à conservação ambiental na sociedade, por intermédio do estabelecimento de políticas que imponham fiscalização e contribuam para melhorias [4].

Todavia, apenas o estabelecimento dessas políticas públicas ambientais no país não é suficiente, sendo necessário também, zelar pela conscientização ambiental, especialmente nas organizações, que em muitos momentos visam apenas o retorno financeiro [12].

## Conclusões

O Brasil possui legislações ambientais relevantes, dentre elas, é possível citar a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei 12.305/2010. Todavia, mesmo após 11 anos da sua promulgação, ainda é possível notar significativo descaso populacional, empresarial e do próprio governo em suas três esferas, quando deixam de conscientizar e criar ações que promovam a educação ambiental no país.

## Referências

1. Arruda, D. B.; Benício, D. A.; Cunha, B. P. **A legislação ambiental e sua efetividade: o uso de lenha como fonte energética em estabelecimentos industriais de panificação.** *Gaia Scientia*, v. 8, n. 1, p. 415 - 428, 2014.
2. Godeck, M. V.; Toledo, E. R. S. **Logística reversa de embalagens de agrotóxicos: estudo do caso de Pelotas/RS.** *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 9, n. 4, p. 220 - 242, 2015.
3. Ewert, M.; Venturieri, G. A.; Steenbock, W.; Seoane, C. E. S. **Sistemas agroflorestais multiestratos e a legislação ambiental brasileira: desafios e soluções.** *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 36, p. 95 - 114, 2016.
4. Farias, A. M. B.; Mazzarino, J. M.; Oliveira, E.C. **Educação ambiental e políticas públicas.** *Revista Eletrônica Mestrado de Educação Ambiental*, v. 30, n. 1, p. 179 - 201, 2013.
5. Moura, A. S. **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Socioambiental: incentivos institucionais e legislação ambiental no Brasil.** *Revista Administração Pública*, v. 49, n. 1, p. 165 - 187, 2015.
6. Lima, J. V. C. **Comunidades como subcategoria no contexto das políticas públicas ambientais no Brasil.** *Ciências Sociais Unisinos*, v. 51, n. 2, p. 152 - 160, 2015.
7. Wolkmer, M. F. S.; Paulitsch, N. S. **O estado de direito socioambiental e a governança ambiental: ponderações acerca da judicialização das políticas públicas ambientais e da atuação do poder judiciário.** *Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica*, v. 18, n. 2, p. 256 - 268, 2013.
8. Viana, B. F.; Oliveira, D.; Nascimento, I. A.; Matute, R. G.; Benchimol, R. L. **Biodiversidade e suas aplicações: parcerias entre Brasil e Canadá, resultados e perspectivas futuras.** *Interfaces Brasil / Canadá*, n. 9, p. 197 - 210, 2008.

9. Lima Junior, D. P.; Pelicice, F. M.; Vitule, J. R. S.; Agostinho, A. A. **Aquicultura, política e meio ambiente no Brasil: novas propostas e velhos equívocos.** *Natureza & Conservação*, v. 10, n. 1, p. 88 - 91, 2012.
10. Maçambanni, T. A.; Bellen, H. M. V.; Silva, T. L.; Ventura, C. **Evidenciação socioambiental: uma análise do balanço social de empresas do setor elétrico que atuam nas regiões sul e nordeste do Brasil.** *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS*, v. 2, n. 1, p. 123 - 142, 2013.
11. Nepomuceno, A. L. O.; Araújo, M. I. O. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre currículo, educação ambiental e políticas públicas: o estado da arte em dissertações e teses dos programas de pós-graduação das Universidades brasileiras, 2010 a 2014.** *Ambientalmente Sustentable*, v. 2, n. 20, p. 19 - 32, 2015.
12. Souza, M. S. M. **Práticas de gerenciamento de resíduos sólidos e educação ambiental no setor da construção civil: uma análise em obras realizadas no município de Santos/SP.** Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Santa Cecília, 2016.
13. Lima, M. C. M.; Maia, F. J. F. **A logística reversa como instrumento de efetividade do princípio poluidor-pagador na redução dos impactos ambientais.** *SCIENTIA IURIS*, v. 19, n. 2, p. 101 - 126, 2015.
14. Monteiro Júnior, J. V. M.; Xavier, Y. M. A.; Alves, F. G. **A regulação do sequestro geológico de carbono no Brasil como instrumento de proteção do meio ambiente.** *Revista Direito E-nergia*, a. 5, v. 8, p. 31 - 51, 2013.